



## **ATUAÇÃO DO BNDES NA POLÍTICA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PNDR)**

**Palavras-Chave: BNDES, PNDR, DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

**Autor:**

**HYAGO MANTUANELI, IE – UNICAMP**

**Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. ANA ROSA RIBEIRO DE MENDONÇA (orientadora), IE - UNICAMP**

---

### **INTRODUÇÃO:**

O Brasil historicamente enfrentou um desenvolvimento econômico desigual, com investimentos concentrados no Sul e Sudeste, enquanto o Norte, Nordeste e Centro-Oeste ficaram subdesenvolvidos, resultando em disparidades econômicas e sociais persistentes. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em 1952, tem como missão apoiar projetos que promovam a industrialização e infraestrutura para reduzir essas desigualdades.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída em 2007, visa harmonizar o crescimento econômico com a justiça social, classificando microrregiões em quatro categorias (alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda), tendo como foco as regiões de baixa renda. Dessa forma, a pesquisa tem como objetivo analisar a evolução das ações do BNDES no contexto da PNDR, destacando programas e políticas para fomentar o desenvolvimento regional, a adaptação das estratégias do BNDES, os instrumentos financeiros utilizados, a classificação regional e as críticas à tipologia da PNDR.

A introdução de políticas de dinamização regional pelo BNDES, como o Programa de Dinamização Regional (PDR), visa facilitar o investimento em áreas prioritárias e flexibilizar o acesso ao crédito para micro, pequenas e médias empresas. O papel do BNDES é fundamental para promover um desenvolvimento regional equilibrado e inclusivo. A análise proposta busca contribuir para o debate sobre a eficácia das políticas de desenvolvimento regional e a necessidade de uma abordagem integrada, considerando as especificidades e potencialidades de cada região.

### **METODOLOGIA:**

A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa, exploratória e descritiva, com o objetivo de compreender e analisar a atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A metodologia inclui análise de documentos oficiais, revisão bibliográfica e uso de dados secundários de relatórios e publicações do BNDES e outras instituições relevantes.

A revisão bibliográfica abrange livros, artigos acadêmicos, teses e dissertações sobre políticas de desenvolvimento regional no Brasil, a história do BNDES e teorias econômicas. Isso forneceu a base teórica necessária para a análise crítica das ações do BNDES e sua evolução. A análise documental focalizou em documentos oficiais do BNDES, como planos de planejamento corporativo e relatórios anuais, além de programas regionais específicos. Dados secundários foram coletados de fontes como o IBGE, IPEA e Ministério da Integração Nacional, usados para analisar a classificação das microrregiões segundo a PNDR e os resultados das políticas implementadas.

Estudos de caso de projetos financiados pelo BNDES em regiões prioritárias foram selecionados para ilustrar a atuação do banco, permitindo uma análise detalhada dos impactos dos programas nas microrregiões de baixa renda. A análise crítica avaliou os resultados do BNDES na redução das desigualdades regionais, geração de emprego e renda, e melhoria da qualidade de vida, identificando dificuldades e desafios na implementação das políticas e críticas à tipologia da PNDR.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO:**

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desempenhou um papel crucial no desenvolvimento econômico do Brasil desde sua fundação em 1952. Inicialmente, o BNDES focava em financiar a industrialização do país, especialmente através do modelo de substituição de importações. Durante os primeiros anos, o principal beneficiário dos recursos do BNDES foi o Estado, que investiu fortemente em infraestrutura e setores estratégicos como energia, transporte e siderurgia.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek, com o Plano de Metas, o BNDES teve uma reorientação dos desembolsos para favorecer a indústria e a energia, promovendo uma maior distribuição regional. Com a chegada do governo militar em 1964, o Banco expandiu sua atuação para incluir pequenas e médias empresas, agricultura, educação, pesquisa tecnológica e modernização da indústria (Santos, 2018; Silva Jr, 2009).

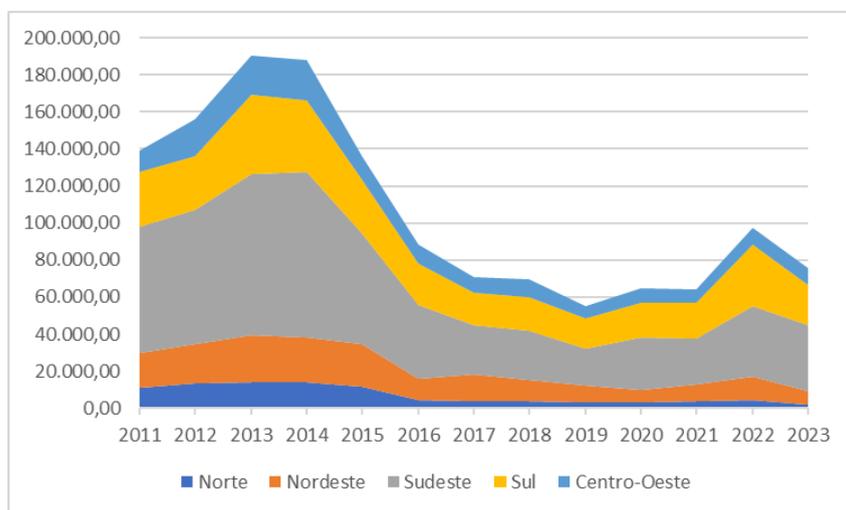
Nos anos 2000, o BNDES se destacou como promotor da internacionalização de grandes empresas brasileiras através da estratégia de "campeões nacionais". O Banco implementou programas específicos para desenvolvimento regional, como o Programa Nordeste Competitivo e o Programa Amazônia Integrada, buscando reduzir desigualdades regionais através de condições especiais de financiamento (Santos, 2018).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) foi instituída durante o governo do presidente Lula, oficializado em 2007 pelo decreto nº 6.047. A PNDR visava reduzir as desigualdades regionais e aproveitar o potencial produtivo de cada região. A política se baseava em uma abordagem microrregional, usando dados dos Censos do IBGE e estimativas do PIB municipal do IPEA para

classificar as regiões em alta renda, dinâmicas, estagnadas e de baixa renda, com foco principal nas áreas de baixa renda (Arruda, 2010; Ministério da Integração, 2007 *apud* Coêlho, 2014).

Os instrumentos do BNDES incluem produtos perenes, como o FINEM (projetos acima de R\$ 10 milhões), o BNDES Automático (projetos menores) e o FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos), e programas transitórios. A política regional é integrada transversalmente em vários produtos e programas do BNDES, promovendo avanços para pequenas empresas em áreas prioritárias ao flexibilizar a apresentação de garantias e a classificação de risco (Burns, 2012).

Apesar dos esforços, a eficácia dos programas de desenvolvimento regional do BNDES enfrentou desafios. A descentralização na distribuição de recursos não foi completamente acompanhada por uma desconcentração efetiva entre os estados, resultando em desigualdades persistentes. A necessidade de uma abordagem integrada que considere as especificidades e potencialidades de cada região permanece essencial para o sucesso da política regional do BNDES.



**Figura 1 - Desembolsos anual do BNDES por região da Federação em porcentagem - Brasil, 2011 - 2023**

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

A PNDR promoveu a articulação de políticas setoriais para regiões prioritárias, incentivando a coordenação de ações entre entes federados e a sociedade civil. A política exigia a articulação entre diferentes escalas de governo, o Congresso Nacional, o empresariado e a sociedade civil, para abordar as desigualdades regionais em múltiplas escalas, abrangendo mais do que apenas as regiões Norte e Nordeste (Carvalho, 2006).

Em suma, o BNDES tem desempenhado um papel significativo na implementação do PNDR, buscando fomentar o desenvolvimento regional e reduzir as desigualdades. Contudo, a complexidade e os desafios econômicos e políticos contínuos exigem adaptações e melhorias constantes nas estratégias e políticas adotadas.

## **CONCLUSÕES:**

A análise da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) destaca a importância do banco para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do Brasil. Desde sua criação em 1952, o BNDES tem promovido o crescimento econômico e a redução das desigualdades regionais, adaptando suas estratégias às necessidades e desafios de cada período. Inicialmente focado na industrialização e infraestrutura, o BNDES expandiu seu escopo para incluir políticas voltadas para a redução das disparidades regionais.

A implementação da PNDR em 2007 foi um marco significativo, introduzindo uma metodologia inovadora de classificação das microrregiões com base no rendimento domiciliar e no crescimento do PIB per capita, focando nas regiões de baixa renda. O BNDES, além de financiar projetos de infraestrutura, também implementou políticas transversais para promover o desenvolvimento regional. No entanto, a tipologia da PNDR e a sua aplicação prática enfrentam críticas, indicando a necessidade de ajustes e de um papel mais ativo dos agentes financeiros oficiais.

O estudo também revela a importância de políticas de dinamização regional, como a Política de Dinamização Regional, que busca criar condições favoráveis para o investimento em áreas prioritárias e flexibilizar as exigências para micro, pequenas e médias empresas. Apesar dos esforços, ainda há uma concentração de recursos do BNDES em grandes empresas e projetos no Sudeste, contrariando o objetivo da PNDR de reduzir desigualdades regionais.

A efetividade da PNDR depende de uma coordenação eficaz entre diversas políticas públicas, o que nem sempre ocorre, e a atuação do BNDES muitas vezes não está alinhada com outras iniciativas governamentais. As regiões mais pobres continuam a receber menos investimentos, perpetuando as desigualdades regionais.

A capacidade do BNDES de adaptar suas estratégias às necessidades locais específicas é limitada, com programas padronizados que não consideram as particularidades regionais. A análise oferece uma base para futuras discussões sobre a eficácia das políticas de desenvolvimento regional e a importância de uma abordagem integrada que considere as especificidades de cada região.

---

## **BIBLIOGRAFIA**

ARRUDA, D. R. Quinze anos sem política regional: uma análise dos planos do governo federal para o Nordeste de 1994 a 2009. 247f. Dissertação (Mestrado em Economia) — Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa/PB, 2010.

BURNS, Victor Alexander Contarato. Distribuição Espacial dos Recursos do BNDES em um Contexto de Redução das Desigualdades Regionais. 2012. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Orientadora: Maria Eduarda Tannuri Pianto.

CANO, W. Desconcentração produtiva regional no Brasil. São Paulo: Editora Unesp, 2008. 294p.

CARVALHO, F. F. A extinção da Sudene – um marco das transformações na política de desenvolvimento regional no Brasil. 2006.247f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Unicamp, Universidade Estadual de Campinas: Campinas, 2006.

COÊLHO, V. L. P. A esfinge e o Faraó: a política regional do governo Lula (2003/2010). 2014. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

GALVÃO, A. C. F.; VASCONCELOS, R. R. Política regional à escala subregional: uma tipologia territorial como base para um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Regional. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ago. 1999. 33p. (Texto para discussão, n. 665).

GASPAR, E.; RAMOS, R. Uma nova abordagem para política de desenvolvimento regional. Fórum Nacional – Instituto Nacional de Altos Estudos (INAE). 2011.

LASTRES, H. M. M. et al. O apoio ao desenvolvimento regional e aos arranjos produtivos locais: a experiência do BNDES. In. RANDOLPH, R.; SIQUEIRA, H.

PACHECO, C. A. A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. 334f. Tese (Doutorado)– Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 1996.

QUAGLIO, Gislaine de Miranda; PAIVA, Cláudio Cesar de. A questão regional e o BNDES: uma análise da conformidade entre a atuação do Banco e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Economia e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 2 (60), p. 337-368, ago. 2017.

SANTOS, L. B. O BNDES e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). XIX Encontro Nacional de Geógrafos. Jul. 2018.

SILVA JR, G. O. BNDES: 50 anos de ordenamento do território brasileiro. In. SILVEIRA, M. R.; LAMOSO, L. P.; MOURÃO, P. F. C. (Org.). Questões nacionais e regionais do território brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 63-82.